

POR UMA ANTROPOLOGIA DA MOBILIDADE

De: Marc Augé

Por uma antropologia da mobilidade

Maceió: Edufal: Unesp, 2010.

Por: Igor Monteiro Silva

Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO-UFC) e do Laboratório de Estudos da Violência (LEV-UFC).

Os paradoxos de uma hiperconexão

A experiência de mudança nos registros do tempo e do espaço, produzindo uma espécie de “avizinhamento” de partes antes remotas do mundo, definitivamente, não é algo novo, produto específico da contemporaneidade. Diversos pensadores já sinalizaram que tal “movimento totalizante”¹ possui uma história, tendo como raízes a expansão do capitalismo e o advento e consolidação das sociedades industriais, eventos localizados entre os séculos XV-XIX.

O que é interessante perceber, no entanto, é a radicalização deste “estreitamento” do mundo na atualidade, culminando, talvez, na produção de um espaço de “hiperconexão”², de extrema mobilidade, que não mais se restringe às pessoas, mas que engloba, também, produtos, imagens, informações e, até, desperdícios³. A nova constituição espaço-temporal, marcada pelo fluxo incessante de toda sorte de coisas e pessoas, implica a configuração de um cenário altamente desafiador que não pode mais ser compreendido a partir da utilização de referências, sejam elas científicas ou políticas, balizadas por valores como os de “estabilidade” ou “fixidez”.

É dentro desse movimento de inflexão, de assunção das interpelações e das ambivalências que marcam

o cenário atual, que a obra *Por uma Antropologia da mobilidade*, de autoria do antropólogo francês Marc Augé, parece se inscrever. Sem deixar de dialogar com temáticas já presentes em outras produções suas – como território, espaço, globalização e cultura –, Augé posiciona-se no título em questão como um pensador também preocupado com a dimensão da atuação política, fazendo-se, inclusive, uma espécie de proponente de uma agenda para os tempos atuais.

Por uma Antropologia da mobilidade é composto por seis capítulos, estruturados entre uma apresentação e uma conclusão, contando, ainda, com um “Prefácio à edição brasileira”. Logo nas primeiras páginas do livro, Augé anuncia o tom de sua análise: ele procura trabalhar o “paradoxo”, o caráter ambivalente daquilo que chamou de “mobilidade sobremoderna”.

O sentido de “sobre” no adjetivo “sobremoderno” deve ser entendido no sentido que ele possui em Freud e Althusser, na expressão “sobredeterminação”, o sentido do inglês “over”; ele designa superabundância de causas que complica a análise dos efeitos (p. 15).

Expressando-se pelas migrações, práticas de turismo, mobilidades profissionais, mas igualmente pela instantaneidade da comunicação, pela intensa circulação de imagens, produtos e informações, a mobilidade sobremoderna guardaria relação com um mundo pautado por valores como “desterritorialização” e

“individualismo”. Contudo, este mesmo mundo – fluído, movimentado, conectado, mutante – também carrega em seu bojo exemplos de sedentarismos, de reivindicações de territorialidades, de práticas gregárias.

Assim, é ao considerar a tensão entre a extrema mobilidade e os “abscessos de fixação” (p. 16), é ao levar em conta os paradoxos que impedem a utilização de rótulos estéreis e a manutenção de posturas maniqueístas, que a narrativa de Augé se compõe, tendo certas noções-chave como matéria privilegiada de reflexão.

A primeira noção mobilizada pelo antropólogo francês é a de *fronteira*. Em breve diálogo com Lévi-Strauss, Augé a considera a partir de uma posição de centralidade, no que diz respeito à atividade simbólica: a fronteira serve para significar, dotar o mundo de plausibilidade, estando em aliança com a produção de sentido, com a construção de um mundo humano habitável. Entretanto, tal noção parece ser desestabilizada por uma motivação dupla: científica e política.

No que tange ao pensamento científico, é a exploração das fronteiras que confere movimento à reflexão; parece ser a “profanação” de certos limites, no sentido do questionamento de *continuidades* e *oposições binárias*, responsável por novas construções, por um ir além, em termos reflexivos ou analíticos. No que se refere à história política do planeta, presenciamos nos últimos tempos a diluição de fronteiras físicas e simbólicas, o encurtamento de distâncias, a supressão de obstáculos tanto espaciais quanto temporais.

Ora, mas é justamente no cerne desse movimento de superação de fronteiras que Augé afirma se localizar uma contradição. Para o autor, “as aparências da mundialização e da globalização recobrem muitas desigualdades” (p. 20), sendo possível notar o ressurgimento de fronteiras⁴ nas mais diferentes escalas. Desse modo, a representação de um mundo global,

sem fronteiras, que permitiria a livre circulação de bens, conhecimento e homens deve ser problematizada; é necessário repensar, assim, a dinâmica do apagamento e da produção de novas fronteiras na contemporaneidade.

A segunda noção trazida à baila pelo autor é a de *urbanização*. De acordo com Augé, há um corrente processo de urbanização do mundo, composto por dois aspectos complementares, quais sejam: o crescimento dos centros urbanos e o aparecimento de “filamentos urbanos”⁵. Nesse sentido, há uma mudança na paisagem mundial, uma reverberação ecológica dos processos políticos e sociais da atualidade.

Além de por em xeque antigas noções como as de centro, periferia e subúrbio – novos centros econômicos, por exemplo, são constantemente estabelecidos; há a produção de vazios ou enclaves de pobreza em áreas anteriormente consideradas como nobres –, o crescimento das cidades promove a interligação, a instituição de redes de comunicação entre as megálópoles, cada vez mais extensas: as cidades se tornam mundos e o mundo se torna uma cidade.

O caráter contraditório da urbanização reside, assim, na relação estabelecida entre o *mundo-cidade* e a *cidade-mundo*. Enquanto a primeira expressão se relacionaria com aquilo que Paul Virilio chamou de “metacidade virtual” – onde certa recorrência de produtos, serviços e instituições poderia ser verificada – a cidade-mundo traz consigo todas as contradições e riscos do planeta: o hiato, cada vez mais crescente, entre ricos e pobres; as reivindicações étnicas e religiosas, as problemáticas advindas das migrações, sejam elas camponesas ou de outros países.

Migração, inclusive, é a terceira noção-chave analisada por Augé. As dinâmicas do mundo-cidade e da cidade-mundo, como dito, embaralham imagens, promovem pontos de cegueira, zonas inqualificáveis,

remodelam fronteiras. Nesse contexto, as práticas migratórias são passíveis de exclusão e o migrante, sobretudo o “clandestino” (*sans papiers*), tende a aparecer como figura invisibilizada ou portadora de um estatuto marcado pela fragilidade dentro dos países em que reside.

A migração, com efeito, se configura como mais um exemplo de problematização de uma representação de *globalidade* do mundo: em um primeiro momento, os migrantes se deparam com o estabelecimento de fronteiras propriamente físicas, mas também políticas, que procuram – de acordo com Augé – lidar com as pressões das “pessoas originárias dos países pobres que buscam ter acesso às regiões ricas do mundo” (p. 48). Entretanto, a questão não se encerra aqui; o interior da cidade-mundo é igualmente formado por uma série de outras fronteiras, agora de ordem também sociológica, afetando, além de migrantes e clandestinos, em larga escala, a própria população local que não se beneficia da riqueza de seus países⁶.

Dentre as práticas de mobilidade que atravessam e dão forma ao mundo contemporâneo, o *turismo* não poderia deixar de ser evocado, sendo a quarta noção-chave apreciada por Augé. A propósito, talvez seja possível dizer que o autor ocupa-se, prioritariamente, dos processos de transformação de *experiências e lugares em mercadorias*. Diante da lógica do turismo de massa, as ruínas – lugares de meditação, espécies de enunciados da história humana – figuram, como outros tantos lugares, em panfletos e *folders*, verdadeiros menus à disposição de quem pode pagar para consumi-los.

Todos os continentes, todos os países, todas as cidades, enfim, todos os sítios reunidos numa profusão de cores e letras chamativas tomam lugar nas paredes ou nos painéis das agências turísticas. As ruínas, assim – metáfora de um consumo “delicado”,

meditativo, envolto talvez na idéia de aura –, dão lugar a uma prática de consumo veloz, da ordem do imediato, onde não há projeto e a idéia de exploração parece se esvaziar: “Hoje não pode haver mais ruínas e nada do que morre deixará rastros, mas registros, imagens e imitações” (p. 71).

A prática do turismo, ainda para Augé, também evidenciaria um contraste surpreendente e, ao mesmo tempo, trágico (p. 73): países ou lugares “difíceis”, para utilizar uma expressão do próprio autor, desfavorecidos economicamente, de onde pessoas buscam emigrar, inclusive, por correrem risco de morte, tornam-se destinos turísticos cada vez mais procurados. Este movimento de contrários poderia ser considerado, para o antropólogo francês, um dos “símbolos possíveis da globalização liberal que, sabemos, não facilita igualmente todas as formas de circulação”⁷ (p. 73).

A quinta e última noção-chave explorada por Marc Augé é a de *utopia*. Para o autor, novamente dialogando com Paul Virilio, a idéia de uma “metacidade” ganha corpo na contemporaneidade. Vias de circulação, filamentos urbanos, crescimento dos centros, megalópoles... Uma cidade não é mais apenas uma cidade, não pode mais ser compreendida sem a admissão de suas múltiplas conexões, como um ponto autônomo, fora de uma rede.

Como frisado, o espaço urbano, desse modo, é complexo, emaranhado, talvez rizomático, destituindo de lugares clássicos, centros e periferias. Atravessado por fluxos incessantes, o espaço urbano é “extensão de fronteiras móveis” (p. 87), conjunto de rupturas, continuidades, reinvenções, que não param de interpelar de maneira prática, política ou científica seus cidadãos. Uma das principais questões levantadas por essa nova constituição da cidade diz respeito, segundo Augé, ao seu futuro: como imaginar a cidade do amanhã?

Durante muito tempo, a cidade foi pensada em sua plenitude, como um projeto que deveria se bastar. Dentro desta perspectiva, era vista como um lugar de esperança, mas de incessante produção, para muitos. A utopia, assim, estava localizada: era a cidade que deveria ser construída; era ela a figura espacial que conjugaria presente, passado e futuro. Contudo, conforme dito antes, a cidade agora é mundo, ao mesmo tempo em que o mundo é cidade. Então, como pensar uma utopia localizada? Melhor dizendo, como pensar em uma cidade sem ter que pensar no mundo?

As inquietações de Augé engendram, desse modo, uma espécie de “deslocamento da utopia”. A megalópole, a vocação global das cidades atuais, expressa uma história, uma arquitetura, uma geografia, uma cultura, também global: a cidade crescida, desenvolvida, paradoxalmente, se faz desaparecer. O deslocamento da utopia, da cidade para mundo, sugere outra história de diferente escala, de acordo com a qual, agora o planeta é objeto de pressentimentos e de projeções.

O último capítulo do livro de Augé toma a forma de um convite. Embora as realidades de um mundo cidade se apresentem constantemente, segundo o autor, ainda somos reféns de uma concepção “congelada, imóvel, de utopia” (p. 97). A imagem da Cidade Radiosa de Le Corbusier, sedentária e quase autônoma, ainda aparece como ideal. Porém, tais referências estão em franco declínio, não sendo possível nos esforçarmos por compreender nossa própria história sem considerar aquilo que talvez seja sua principal característica nos tempos atuais: a mobilidade.

Entretanto, o autor nos alerta: não basta pensar apenas a mobilidade no sentido dos fluxos ou das conexões. É preciso estar atento para uma série de contradições, ambivalências e paradoxos que acompanham os movimentos contemporâneos. Ao nos

debruçarmos sobre tais paradoxos – e esta me parece ser a posição mais evidente de Augé no decorrer de toda a obra em questão –, faz-se necessário o enlace de preocupações científicas com preocupações políticas. Assim, repensar políticas de migração, modelos de integração, bem como repensar o tempo em termos de mobilidade, ou seja, refletir sobre ideologias, palavras antigas e instrumentos ultrapassados é tarefa urgente.

Por uma Antropologia da mobilidade, por fim, inscreve-se em um conjunto de obras recentes que atentam para as singularidades dos processos constitutivos de novas configurações sociais. O convite à atuação política propõe questões ao estatuto do cientista social na contemporaneidade, assim como a provocação de pensar a mobilidade não somente em termos de espaço, mas também em termos de tempo, é significativa de um necessário movimento de auto-reflexão da área, talvez um daqueles momentos, já sinalizados pelo próprio Augé, onde fronteiras e limites da ciência são repensados.

Notas

- 1 Cf. ORTIZ, Renato. Um outro território: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- 2 Cf. CLIFFORD, James. Routes: travel and translation in the late twentieth century. Cambridge: Harvard U P, 1997.
- 3 Cf. URRY, John. Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century. London: New Fetter Lane, 2000.
- 4 Desigualdades entre países colonizadores e países colonizados, bairros ricos e bairros “difíceis”, bairros privados e, até, cidades privadas em diversos continentes, são exemplos. As fronteiras e seus ressurgimentos, assim, não deixam de responder às relações de poder instituídas local e globalmente.
- 5 Expressão utilizada pelo demógrafo Hervé Le Bras.
- 6 Como caso concreto para suas reflexões, Marc Augé examina a situação dos jovens franceses envolvidos na chamada “crise dos subúrbios”. O autor lança mão de uma análise em que articula temas como exclusão, migração, violência urbana, tradição e religião, cuja principal preocupação parece ser a de motivar-nos a não “consumir” de forma superficial ou monocausal o evento em questão, pondo em suspenso, inclusive, determinadas categorias analíticas largamente utilizadas, mas que, segundo

ele, não dariam conta da complexidade da situação. A oposição centro X periferia seria um exemplo.

- 7 Ainda em sua discussão acerca do turismo, constando como algo interessante, Augé procura estabelecer aproximações e distanciamentos entre as práticas do etnólogo e as práticas do turista. O deslocamento, aliado a curiosidade e vontade de conhecimento (pelo menos para alguns turistas, segundo ele), seriam aspectos que aproximariam os dois tipos. Contudo, as distinções é que parecem ter lugar de destaque: enquanto o turista está de passagem e busca visitar um grande número de destinos, sempre “protegido” por uma estrutura que o circunda (guia, transportes previamente agendados, roteiros etc.), o etnólogo busca uma experiência mais intensiva, localizada, prolongada, que culminará numa observação sistemática. No limite, os dois tipos se diferenciariam, sobretudo, pelo fato de o turista querer sentir-se em casa em todo lugar, enquanto o etnólogo vivencia uma experiência de desenraizamento “que não se limita à paisagem”, submetendo, inclusive, “sua identidade à prova dos outros” (p. 75).

Referências bibliográficas

- AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.
- CLIFFORD, James. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard UP, 1997.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- URRY, John. *Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century*. London: New Fetter Lane, 2000.

Recebido em 15/10/2011.

Aceito em 29/10/2011.